

Helena Carreiras

Ministra da Defesa Nacional

Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião da audição regimental em sede de Comissão da Defesa Nacional da Assembleia da República.

Assembleia da República, Lisboa, 28 de fevereiro de 2023

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores deputados,

Permitam-me que, antes de iniciar a minha intervenção, assinale o último dia do mandato do Senhor Almirante António Silva Ribeiro, no cargo de Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, culminando uma longa e distinta carreira de mais de 48 anos ao serviço das Forças Armadas e de Portugal, que importa destacar, homenagear e agradecer publicamente.

Completado quase um ano de governo, esta audição representa uma oportunidade para visitar o trabalho desenvolvido desde que **tomei posse à frente do Ministério da Defesa Nacional**.

Gostaria, por isso, de concentrar a minha intervenção em torno de **três prioridades** que têm pautado, e continuarão a pautar, a ação desta área governativa, nomeadamente: (1) o **contributo de**

Portugal para a segurança internacional, enquanto Aliado e Parceiro de confiança; (2) a promoção de uma adaptação constante das nossas Forças Armadas; e (3) a manutenção de um investimento permanente numa Defesa Nacional centrada nas pessoas.

Proponho, como exercício de prestação de contas, abordar cada um destes temas em maior detalhe, antes de me colocar à disposição das senhoras e senhores deputados para aprofundar as matérias que entendam por bem suscitar.

(1) Permitam-me que hoje comece pela componente externa em decorrência da minha visita a Kyiv no passado dia 24. É conhecido o ambiente internacional complexo e imprevisível em que nos encontramos. Passado mais de um ano desde a invasão da Ucrânia pela Rússia, são visíveis os efeitos na erosão da ordem

mundial, com evidentes reflexos na insegurança energética e alimentar, ou no aumento generalizado das tensões, com impactos significativos para o nosso país.

Perante este momento de maior sensibilidade para a Europa e para o mundo, **a ação do Ministério da Defesa Nacional tem-se concentrado em reforçar o papel de Portugal enquanto produtor de segurança.**

Essa ação tem-se traduzido, em primeira linha, **no apoio direto e concreto à Ucrânia.** Portugal continua comprometido com a preservação da unidade, da soberania e da integridade territorial deste país. A gravidade da situação no terreno não pode ser minimizada, mas permanecemos resolutos em defender os princípios e os valores do direito internacional, contra uma agressão brutal, injusta e ilegal.

É assim, neste contexto que, após consultas com os nossos Aliados e Parceiros, anunciámos recentemente o envio de **3 carros de combate de última geração, Leopard 2A6, para a Ucrânia, até ao final do mês de março, em articulação com as autoridades alemãs.** A cedência destes meios não comprometerá a capacidade operacional das nossas Forças Armadas. Permitirá, sim, reforçar quem mais precisa para exercer de forma legítima o seu direito de se defender e demonstrar, uma vez mais, que **Portugal apoia de forma inequívoca o povo Ucrainiano,** enquanto for necessário, e sempre na medida das nossas possibilidades.

Este novo apoio elevará **o material, letal e não-letal,** que fornecemos até à data para **712 toneladas,** com base num esforço de coordenação transversal, seja através do **Mecanismo Europeu de Apoio à Paz,** seja no âmbito dos contactos que têm tido lugar

no seio do *Ukraine Defence Contact Group*. A segurança da Ucrânia é também a segurança de Portugal e da Europa, e temos honrado todos **os compromissos que assumimos, encorajando outros a seguirem-nos neste caminho para que os Ucrânianos tenham aquilo que precisam para prevalecer nesta luta.**

A nossa resposta à guerra tem-se também manifestado através das adaptações que fizemos ao planeamento e empenhamento das Forças Nacionais Destacadas. **Para 2023, prevemos um total de 31 diferentes missões.** Aliás, no passado domingo tive a oportunidade de me despedir da fragata Bartolomeu Dias que irá reforçar a presença de forças aliadas nos mares do Norte e do Báltico. Mas iremos também permanecer empenhados na Roménia e na Lituânia, contribuindo para a segurança coletiva e para o esforço de dissuasão face à Rússia. Estamos igualmente já a participar, na Polónia e na Alemanha, na **Missão de Assistência**

Militar da União Europeia (EUMAM), que foi criada para apoiar as Forças Armadas ucranianas.

Em paralelo, temos alertado de forma consistente para a extensão dos efeitos desta guerra para outras geografias. Neste contexto, o **Conceito Estratégico da NATO**, para o qual contribuímos e que foi aprovado em julho passado em Madrid, reafirma a importância de uma abordagem de 360º graus à segurança. Esta visão tem sustentado a execução da ação externa da nossa defesa, numa lógica de mitigar as consequências da guerra na Europa que extravasem o continente, e de realçar a importância dos desafios e ameaças que possam surgir a Sul.

Nesse sentido, com base na **Diretiva Ministerial para as Forças Nacionais Destacadas** que aprovei no ano passado, Portugal mantém-se empenhado onde os seus interesses assim o ditarem,

com destaque para o continente africano. Com este entendimento, **estamos atualmente presentes em todas as missões militares da União Europeia em África.** Mas somos também consequentes no nosso empenhamento, tal como pude verificar na República Centro-Africana no início deste mês. Quero, por isso, aproveitar para deixar aqui uma palavra de apreço a todos os homens e mulheres que se encontram nesta e em todas as restantes missões, servindo o seu país, sempre com brio e distinção.

A nossa ação externa de defesa é igualmente reforçada pelas sinergias que conseguimos gerar entre a participação em missões internacionais e a experiência acumulada ao nível de **Cooperação no Domínio da Defesa**, como é o caso em **Moçambique**. Renovámos os **programas-quadro com Angola e São Tomé e Príncipe** e fá-lo-emos oportunamente com Timor-Leste.

(2) Em segundo lugar, de forma a adaptarmos e prepararmos as Forças Armadas para as exigências do futuro, temos trabalhado nos últimos meses para atualizar os principais pilares do nosso planeamento.

A **revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional** assume aqui particular destaque. Acima de tudo, considero fundamental que este conceito reforce a articulação com as restantes estruturas de segurança do nosso país, e que seja coerente com os principais documentos estratégicos da União Europeia e da NATO que Portugal ajudou a desenvolver.

Para tal, contamos com um **Conselho de Revisão** que se debruçou nos últimos meses sobre estas questões, e que entregou o seu contributo ao Governo no final de janeiro. Com base nesse

trabalho, **estamos a ultimar uma proposta de Grandes Opções** para que seja trazida oportunamente a discussão nesta Assembleia. Recordo que, pela primeira vez em democracia, **esta Casa terá a responsabilidade acrescida de votar essa proposta**, contribuindo assim para a apropriação nacional que se deseja relativamente ao conteúdo dessas mesmas opções.

Outro processo estruturante para as Forças Armadas, e que concorre para o enunciado esforço de adaptação, consiste na **revisão da Lei de Infraestruturas Militares e da Lei de Programação Militar, ambas em fase muito avançada**. Quanto à segunda, se a Lei de 2019 era então apresentada como centrada num “mundo mais perigoso, mais instável e mais imprevisível”, a proposta que o Governo apresentará a esta Assembleia, exige um nível de responsabilidade superior em virtude do atual contexto.

Exige que colmatemos **as lacunas do passado, que asseguremos as necessidades do presente e que projetemos os interesses do país para o futuro.** Exige também que recuperemos as nossas reservas de guerra para níveis compatíveis com as necessidades atuais; que forcemos e aceleremos a sustentação, a manutenção e a modernização dos nossos recursos, e que continuemos a edificar e a adquirir os meios e equipamentos adequados.

Enquanto este processo decorre, o nível de prontidão e de capacitação das Forças Armadas passa também por assegurarmos níveis de execução elevados, materializando aquilo que foi programado. Basta recordar que em julho compareci a esta mesma comissão para prestar contas sobre esta matéria. Com base nas orientações políticas que emanei, permitam-me, pois, partilhar que **atingimos valores superiores a 70% de execução em**

2022 e que alcançámos a maior execução de sempre em termos de valor absoluto. Estes resultados geram uma confiança acrescida nas taxas de execução futura, e refletem de forma evidente o trabalho coordenado por esta tutela.

Esta boa execução vai resultar em entregas muito concretas e significativas dentro do calendário programado: receberemos no **1º semestre de 2023 a primeira aeronave KC-390, seguido de 10 viaturas tácticas médias ao longo do ano,** que reforçarão as capacidades necessárias para cumprir o extenso leque de missões que permanentemente solicitamos das nossas Forças Armadas.

Com este investimento pretendemos maximizar o retorno, com efeito multiplicador, para a economia nacional, as empresas e o sistema científico e tecnológico nacional. É por isso que iremos lançar este ano a **revisão da Estratégia da Base Tecnológica**

Industrial de Defesa com o objetivo de imprimir uma nova dinâmica ao setor da economia de defesa. Prosseguimos também com a participação ativa em projetos colaborativos e programas conjuntos – mais de 65 em todos os domínios operacionais – com uma atenção particular ao *Defence Innovation Accelerator for the North Atlantic* e ao *NATO Innovation Fund*.

Todos estes esforços concorrerão para a nossa capacitação em novos domínios operacionais, através de uma forte aposta na inovação e nas tecnologias emergentes e disruptivas. Nesse sentido, organizámos as **II Jornadas da Defesa Nacional sobre o Espaço**, onde colocámos particular ênfase no aumento de parcerias internacionais. Continuamos também a dedicar uma atenção especial à **Ciberdefesa**. Foi por isso que aprovámos uma **Estratégia Nacional** em novembro, com uma visão abrangente sobre os próximos passos, incluindo sobre a capacitação ao nível

dos Recursos Humanos através da progressiva edificação da Escola de Ciberdefesa.

Ainda no contexto de constante adaptação, aprovámos recentemente os decretos regulamentares do Estado-Maior-General das Forças Armadas e dos três Ramos. Este passo vai permitir prosseguir com a consolidação da lógica operacional conjunta que foi iniciada em 2021 com a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas e as alterações à Lei de Defesa Nacional, reforçando, assim, a capacidade de comando e a coerência na ação dos nossos militares.

(3) Em terceiro lugar, mas não de somenos importância, quero aqui reafirmar que uma Defesa Nacional centrada nas pessoas, para as pessoas, e pelas pessoas, permanece um objetivo central

da minha ação governativa. Sem elas, tudo o que enunciei anteriormente ficaria comprometido.

Essa ligação fica particularmente evidente quando atendemos ao regime de profissionalização militar em vigor. Em reconhecimento dos desafios à sua sustentabilidade, **criámos uma Comissão para rever o Plano de Ação que tinha sido avançado em 2019.**

No mês passado, esta Comissão entregou-me uma primeira proposta, e estou certa de que muito em breve estaremos em condições de apresentar uma versão final. Atendendo aos temas em questão, **considerarei importante ouvir** a Associação de Oficiais das Forças Armadas, a Associação Nacional de Sargentos, a Associação de Praças, e a Associação de Militares na Reserva e na Reforma, o que aconteceu no passado dia 22 de fevereiro.

Estamos cientes do défice de efetivos que as Forças Armadas enfrentam. Nesse sentido, posso desde já antecipar que algumas das medidas do plano revisto se centrarão na agilização dos procedimentos associados ao recrutamento, na melhor articulação do planeamento dos nossos efetivos, e na promoção do alinhamento dos sistemas de formação das Forças Armadas com o Sistema Nacional de Qualificações. Iremos também avançar com uma **proposta de revisão do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar.**

Por sua vez, a **implementação do Quadro Permanente de Praças no Exército e na Força Aérea, que se encontra prestes a ser remetido para audição das Associações Militares,** permitirá agir diretamente sobre a retenção, conferindo maior estabilidade em áreas e funções de maior tecnicidade.

Acima de tudo, precisamos de melhorias concretas na vida dos nossos militares. É por isso que identificámos um conjunto de medidas com impacto nas condições de trabalho e motivação, como, por exemplo, a **melhoria da habitabilidade das unidades militares** para os que, por força de estarem deslocados, residem nestas instalações.

Importa também salientar o trabalho que temos levado a cabo em nome do reconhecimento de quem escolheu servir o país com um grau de compromisso excecional. A esse nível, quero sublinhar que desbloqueámos no mês passado a **contabilização da avaliação obtida por ex-militares das Forças Armadas** que prestaram serviço no regime de contrato e de contrato especial desde 1 de janeiro de 2004, após o seu ingresso na Administração Pública. Este **direito legítimo, que se estima abranger inicialmente mais de mil antigos militares**, será agora aplicado a

todos os serviços e organismos da Administração Pública de forma harmonizada e transversal.

Lançámos ainda a revisão do **Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade**, aprofundando boas práticas no âmbito da igualdade e não-discriminação, e mantendo o enfoque em quatro grandes eixos: igualdade, conciliação, formação e agenda Mulheres, Paz e Segurança.

Prosseguimos com a **valorização e dignificação dos Antigos Combatentes**, promovendo a operacionalização plena do Estatuto do Antigo Combatente, e um contacto próximo que permita compreender preocupações e agilizar soluções. A esse respeito, os números falam por si: **em 2022, o Balcão Único da Defesa prestou esclarecimentos a mais de 9.500 pessoas de**

forma presencial e a quase outras 11.000 por via telefónica ou eletrónica.

No sentido de concretizar o compromisso de dignificar e apoiar os **Deficientes militares** numa matéria particularmente importante, como é o caso das próteses, concluímos a reorganização interna do **Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio a Deficientes Militares**, cuja portaria se encontra em fase de articulação de assinatura conjunta entre a Defesa e as Finanças. Estou confiante que, a breve trecho, será possível criar um sistema centrado no beneficiário, que facilite e agilize os procedimentos, e que gere maior eficiência na gestão dos recursos.

Prosseguimos ainda com a promoção de uma maior aproximação à sociedade. **Uma Defesa Nacional mais próxima do seu país, é uma Defesa Nacional mais forte e coesa.** É por isso que em menos

de um ano, fiz questão de visitar 7 distritos assim como as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Iremos continuar a **aposta no desenvolvimento de iniciativas de promoção da Defesa Nacional junto de diferentes faixas etárias**, procurando chegar a mais jovens em todo o país, **aproveitando as iniciativas existentes e complementando-as, sobretudo ao nível do Dia da Defesa Nacional**. Paralelamente haverá um reforço na educação, através da assinatura de novos protocolos com autarquias no início do verão, visando a implementação **do Referencial para a Segurança, a Defesa e a Paz**, este ano nos Açores.

Em suma, **nestes quase 11 meses de mandato, avançámos em dossiers transversais a toda a Defesa Nacional**, através de medidas concretas e diplomas estruturantes que foram já aprovados ou estão muito em vias disso, como é o caso dos Decretos Regulamentares dos Ramos e da Estratégia Nacional de

Ciberdefesa, da revisão da Lei de Programação Militar e da Lei de Infraestruturas Militares, da criação do Quadro Permanente de Praças no Exército e na Força Aérea, ou da proposta de Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Este trabalho sucessivo confirma a nossa **determinação em colocar as pessoas em primeiro lugar, em reforçar os meios ao serviço da Defesa, e em consolidar o papel de Portugal num ambiente geoestratégico em transição.**

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Dedicarei os minutos finais da minha intervenção ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado João Dias do grupo parlamentar do Partido Comunista Português, sobre o **Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças**

Armadas, ciente que, neste âmbito, esta Comissão já ouviu as Associações Militares e o Senhor Almirante Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Este regulamento, que entrou em vigor em 2018, estabeleceu, pela primeira vez, um **sistema único de avaliação do mérito dos militares para os três Ramos**, abrangendo a avaliação individual, de formação, disciplinar e complementar assim como a antiguidade no posto.

Quantificou, pela primeira vez, todos os parâmetros de avaliação, promovendo o mérito, em relação ao anterior sistema. **Trouxe também justiça, clareza e transparência a um sistema fundamental para a valorização da carreira**. Garantiu ainda um alinhamento com o previsto no Estatuto dos Militares das Forças Armadas, que estipula que a avaliação do mérito deve ser

fundamentada na demonstração da capacidade do militar e da sua competência técnica para o exercício de funções.

Esta 1ª alteração ao Regulamento, que suscitou o referido requerimento, foi iniciada em 2020 e coordenada pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, tendo **permitido mitigar fragilidades identificadas e introduzir melhorias propostas pelos três ramos**, em termos de procedimentos administrativos, critérios de avaliação e clarificação de questões ambíguas.

A meu pedido, as Associação Militares foram ouvidas durante este processo, tendo-lhes sido dada a oportunidade de contribuírem entre o início de julho e o final de agosto. **Foi, assim, cumprida a Resolução da Assembleia da República e o defendido pelo Partido Comunista neste requerimento**. Aliás, parte das alterações agora introduzidas vão precisamente ao encontro de

algumas posições das Associações Militares, ao nível da avaliação individual, da antiguidade do posto e do número de sargentos como primeiros avaliadores.

Desejamos manter um diálogo franco e genuíno com todas as Associações. **Foi por isso que eu e o senhor Secretário de Estado, nos reunimos quatro vezes com os seus representantes ao longo dos últimos meses, e que continuaremos a fazê-lo.**

Naturalmente, num processo desta natureza, haverá sempre lugar para acolher propostas de melhoria. Todavia, no essencial, **os objetivos propostos pelo Regulamento são claros e são também aqueles que continuarão a guiar a nossa ação**, nomeadamente, a valorização da carreira militar assente no mérito e na capacidade dos militares que permita às Forças Armadas adaptar-se a um

contexto organizacional e operacional cada vez mais complexo e exigente.

Muito obrigada e fico agora à disposição para as questões que desejem colocar.